INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1369 - 20 de julho de 2017

·IMPRESSO·

A MENTIRA

do déficit da previdência

CPI EMITE RELATÓRIO CONFIRMANDO QUE PREVIDÊNCIA É SUPERAVITÁRIA

ELETROBRAS

Proposta de reforma do setor elétrico busca privatizações

SEMINÁRIO

Federação Nacional dos Urbanitários debate consulta do MME

CELESC

Parisotto ataca a representação dos trabalhadore no CA

GOLPE

A MENTIRA DO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA

CPI confirma que previdência é superavitária

Na última quinta-feira, dia 13, a Comissão Parlamentar de Inquérito que debate a Reforma da Previdência apresentou os resultados do trabalho dos últimos 6 meses, deixando claro que a proposta de destruição da aposentadoria dos brasileiros foi construída sobre uma grande mentira.

O presidente da CPI, Senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a reforçar que é necessário que o Governo repasse à Previdência os milhões de reais arrecadados à custa do trabalhador brasileiro, além de reafirmar a inexistência do déficit na Seguridade Social. "O relatório sobre os trabalhos da CPI aponta, com muita certeza, que a Previdência brasileira não é deficitária, mas sim superavitária. Ela demonstra, por exemplo, que setores do patronato arrecadam por ano cerca de R$ 25 bi em torno do trabalhador e não repassam à Previdência, o que é apropriação indébita. Isso é crime", afirmou Paim.

"O relatório sobre os trabalhos da CPI aponta, com muita certeza, que a Previdência brasileira não é deficitária, mas sim superavitária"

O relator da CPI, Senador Hélio José (PMDB-DF), afirmou que pedirá a prorrogação dos trabalhos da Comissão que foi instalada no final de abril e tem prazo de funcionamento previsto para até 9 de setembro. Segundo Hélio, o resultado esperado dessa CPI é propor medidas para mudar a Previdência Social, como uma forma de combate mais efetivo à inadimplência. "Não é possível convivermos com os grandes devedores que não estão pagando a Previdência", pontuou o senador.

CELESC

DE NOVO, PARISOTTO ATACA REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES

Denúncia na Comissão de Valores Mobiliários pede a expulsão do conselheiro eleito do CA da Celesc

Acostumado a atacar os trabalhadores, Lírio Parisotto voltou à tona agredindo a representação dos empregados no Conselho de Administração da Celesc. Através da Geração Futuro, Parisotto entrou com denúncia na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedindo a expulsão do conselheiro eleito, Leandro Nunes, com base na Lei das Estatais. Segundo a Geração Futuro, Leandro não cumpre o estabelecido em lei por ter sido reconduzido ao cargo em Assembleia Geral de Acionistas, mantendo o cargo de diretor no Sindinorte. A tese é mais uma tentativa patética de atacar os trabalhadores. Conforme avaliação jurídica da Intercel, apesar das reconduções em AGO, o que define o mandato é a eleição do conselheiro. Sendo assim, apenas na próxima eleição é que será necessária a adequação à lei. A lei das estatais foi criada para enfraquecer a participação legítima dos trabalhadores em conselhos de estatais. Devemos estar atentos e continuar a denunciar e combater as agressões de Parisotto.

ELETROBRAS

NOVO SETOR ELÉTRICO: MAIS PRIVATIZAÇÕES À VISTA

Proposta de reforma do setor elétrico tem como foco a privatização da Eletrobras

A proposta de aprimoramento do marco legal do setor elétrico, colocada em consulta pública pelo MME, conforme Nota Técnica Nº 5/2017/AEREG/SE, tem como foco principal a implementação de um plano para a privatização do Sistema Eletrobras. O objetivo é obter a aprovação do Congresso Nacional, via medida provisória, para a venda das Usinas Hidrelétricas e Linhas de Transmissão das Empresas do Sistema Eletrobras. Os valores obtidos com a venda dos ativos serão rateados entre a Fazenda, a Conta CDE e o Eletrobras, isso se as privatizações ocorrerem até o dia 31 de dezembro de 2019. O famoso – corra, venda tudo a qualquer preço para você ficar com alguma coisa!

A proposta é perversa e foi arquitetada pelos senhores Paulo Pedrosa e Wilson Pinto Junior, tudo em linha com as orientações da cúpula do PSDB. Querem, justamente, num momento em que o país está em crise e desnorteado, vender rapidamente e a preço de banana, ativos de geração e transmissão de CHESF, FURNAS, ELETROSUL e ELETRONORTE. Sem suas usinas, linhas e subestações, as empresas ficarão apenas com as dívidas, passivos e outras obrigações, que sem fontes de receitas sucumbirão. Privatizar ativo é a mesma coisa que privatizar a empresa!

Infelizmente, ainda existe na Eletrobras, quem faça questão de assumir o papel de "inocente útil", acreditando nas palavras do Senhor Wilson Pinto Junior, que desde julho de 2016 não faz outra coisa a não ser implantar o Plano de Destruição da Eletrobras e de suas subsidiárias.

Em seus discursos, falando sobre as perspectivas da Eletrobras, o senhor Wilson, se colocando como uma espécie de "salvador da pátria", sempre diz que há luz no fim do túnel. Só que essa "luz" só tem trazido demissões, venda de ativos, privatizações, descriminação, assédios e desvalorização dos trabalhadores. O que os trabalhadores esperam é a luz que traga transparência, propósitos claros e medidas sustentáveis que fortaleçam o Sistema Eletrobras, além de respeito às empresas e seus trabalhadores(as).

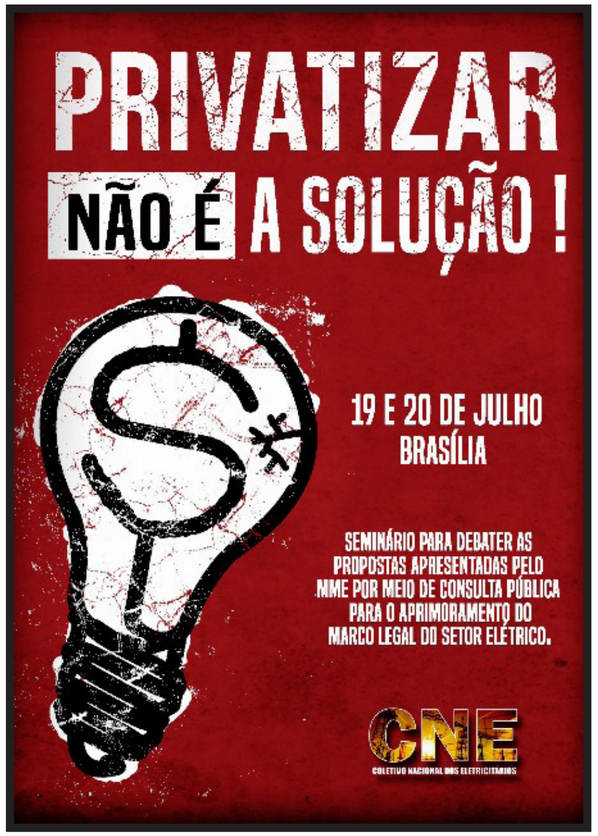
Mas afinal, o que visa a proposta MME 5/2017/AEREG/SE?

1 - Um belo processo de privatização nas mãos dos iluminados do PSDB;
2 - Empresas Estatais e Privadas Internacionais assumindo o controle do Setor Elétrico Brasileiro;
3 - Elevados honorários e ganhos (bônus) para os futuros dirigentes das empresas privatizadas, que tiveram participação ativa no processo de privatização (esse filme é velho e já rodado na CPFL quando era Estatal);
4 - Destruição da CHESF, FURNAS, ELETRONORTE, ELETROSUL e demais empresas do Sistema;
5 - Enfraquecimento da inserção regional, principalmente no Norte e Nordeste;
6 - Empobrecimento da Engenharia Nacional;
7 - Aumento do desemprego em todas as regiões do país;
8 - Aumento da precarização do trabalho no setor elétrico;
9 - Aumento da tarifa de energia elétrica para os consumidores residenciais;
10 - Fim da modicidade tarifaria para quem mais precisa – a população de baixa renda;
11 - Energia mais barata para os grandes consumidores de energia;
12 - Transferência da riqueza do povo brasileiro para outros países.

PRIVATIZAÇÃO

SEMINÁRIO DEBATE AMEAÇA AO SETOR ELÉTRICO

FNU debate consulta do Ministério de Minas e Energia que busca retomada de privatizações



Desde ontem, dia 19, a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) está promovendo o um debate que afeta diretamente a categoria eletricitária: as Consultas Públicas do Ministério de Minas e Energia (MME) que propõe discutir um novo marco regulatório do setor elétrico baseado na expansão do mercado livre de energia. Com a falsa argumentação de que essa expansão resultará em ganhos à sociedade brasileira, o MME aposta na retomada de privatizações de empresas estatais federais.

Já está provado e comprovado que a privatização não traz benefícios à sociedade, haja vista o que ocorreu na área de telefonia e na área de distribuição de energia elétrica. O atual modelo de setor elétrico merece ser revisitado, mas qual será o olhar lançado sobre ele? O olhar de que as empresas estatais são grandes elefantes, pesados e ineficientes, como tem sido propagado pela atual gestão da própria Eletrobras que está a serviço do mercado financeiro? Ou o olhar de que as empresas estatais são robustas, necessárias e indispensáveis à modicidade tarifária e à sociedade brasileira? O CNE continuará defendendo que a Eletrobras deve ser fortalecida enquanto empresa estatal. Se querem mudar o modelo vigente seja na ótica de diminuir o percentual dos impostos e taxas pagas aos governos estadual que pode chegar a 30% do valor em média e federal que chega a 7%; que se redefinam as formas de aumentar as tarifas ao consumidor que hoje contam com 4 formas de aumento (aumento anual, revisão periódica, revisão extraordinária e o sistema de bandeiras); que se extinga a figura da comercializadora de energia que nada faz e tudo leva, por exemplo.

O debate é o primeiro passo para uma grande mobilização contra a retomada das privatizações e contra a destruição do sistema elétrico nacional.

TRIBUNA LIVRE

Abominável sociedade por Fernando Horta

Em junho de 2001, o Jornal Nacional veiculava uma série de reportagens que viria a ser premiada. Marcelo Canellas e Lucio Alves apresentavam a "Fome no Brasil". O dado revelado era que uma criança morria de fome no Brasil a cada cinco minutos. Em pleno "milagre neoliberal", como gostam de citar alguns intelectuais e políticos de direita no Brasil, uma criança morria a cada cinco minutos no Brasil. Vou repetir, porque penso que o número deveria ser usado em qualquer discussão sobre política e economia de agora em diante. Ao começar a ouvir qualquer argumento dos defensores desta hipocrisia de direita, pare e escreva "em 2001, aos sete anos do governo FHC, uma criança morria de fome a cada cinco minutos no Brasil". Repita ou escreva, não importa, mas sempre comece por esta informação. Em seguida, olhe a ginástica retórica que o interlocutor fará e avalie se ela se encontra no campo da ignorância ou da mácula moral insanável. Qualquer das duas opções, é uma conversa que não vale à pena.

Não sei se já mencionei, mas em 2001, uma criança morria de fome a cada cinco minutos no Brasil. O fato, chocante, inaceitável, inumano, é irrisório perto da pergunta de um pai, quando confrontado pelo jornalista se não havia como o seu filho "ganhar um pouco mais de peso". Ana Cláudia dos Santos, a mãe, e Evangelista dos Santos, o pai, com a sabedoria de quem luta para sobreviver, respondem ao repórter "o que você acha que eu devia fazer?" Este diálogo reflete o Brasil do neoliberalismo. O repórter, obviamente não sabia sobre o que perguntava e não conseguia compreender o que via e ouvia. Provavelmente foi dilacerado a cada entrevista, eis que humano. O pai entrevistado, sequer com tempo de tirar a enxada das costas para falar, desfere a pergunta fatídica que separava os brasis de forma tão evidente. "O que você acha que eu deveria fazer?" para salvar a vida da minha filha que não tem o que comer ...

Eu me recordo de assistir esta reportagem e chorar, copiosamente. Eu não choro com hino, bandeira ou camiseta verde amarela. Não choro por cântico religioso fervoroso. Não choro por ver alguém "atingir a meta" de malhar todo dia e perder peso. Não sou de reconhecer heróis em ações ordinárias e totalmente comuns. Eu chorei como criança vendo aquela série. O olhar de Evangelista para o repórter era a demonstração de que nada, absolutamente nada naquele país, poderia estar dando certo. O que não consigo entender é como Ana Cláudia dos Santos, a mãe, e Evangelista dos Santos, o pai, se tornaram "vagabundos que se aproveitam do Estado para não trabalhar". Ou ainda como a fome de sua filha poderia ser um reflexo "da meritocracia" que levaria – em um livre mercado – a sociedade brasileira a ser produtiva e rica. Não entendo como Ana Cláudia e Evangelista se tornaram o "problema das contas públicas do Brasil", tendo contra si os dedos da classe média (saciada) e da maioria dos que apertam botões no parlamento, e que hoje defendem o fim dos programas sociais, dos direitos do trabalho e a redução de vencimentos para os mais pobres.

Apenas uma sociedade doente, ignorante e hipócrita pode acreditar que Ana Cláudia e Evangelista estão sofrendo assim por que não se esforçaram o suficiente. Apenas uma sociedade lunática, cínica e monstruosa pode se convencer de que eles sofrem desta forma por não terem fé suficiente ou por não terem depositado algum valor numa conta em nome de algum deus.

E eu não falei ainda da sua bebê, que padece da fome.

Certamente quando ela crescer, depois de ter lutado para sobreviver, vai saber evitar as mazelas da sociedade. Vai se esforçar numa escola pública de algum sertão poeirento e seco e vai concorrer "de igual para igual" com alguém que comeu na infância toda e que "não aceita privilégio" de quem quer que seja.

Também não falei de você, que se "revoltou" com o conto das "pedaladas" e saiu a bater panelas vazias – de barriga cheia – querendo o "seu país de volta". Pois a ONU informa que a fome voltou ao Brasil. O seu país, finalmente, voltou. E se você a ele reivindicar as cores verde e amarela, fique com elas. Não me farão falta as cores de um país em que uma criança morria a cada cinco minutos de fome. Um país hipócrita que não aceita vidraça quebrada, mas nunca se importou com as muitas Anas Cláudias e Evangelistas a enterrarem seus filhos em caixas de sapato, como "querubins sem pecado", no único consolo possível.

Que bom que as cores nos diferem. Você fica com a hipocrisia em verde amarelo e eu procuro qualquer outra que dê guarida a um país sem fome. Quem nos olhar saberá de pronto que não me misturo com quem prefere o cassetete à cabeça do estudante, quem prefere o privilégio da gravata à comida da criança, quem tem força física para bater em panela, mas padece de inanição moral.

Não sei se já falei, mas em 2001, aos sete anos do governo de FHC, uma criança morria a cada cinco minutos de fome, no Brasil. Este país voltou ...

De fome ...

Intercel
INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SANTA CATARINA
Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Patricia Mendes
Rua Max Colin, 2388, Joinville, SC | CEP 89216-000 |
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Pela primeira vez na história da República brasileira um presidente é formalmente denunciado por formação de quadrilha, obstrução da justiça e corrupção passiva. Contudo, são necessários 342 votos na Câmara de Deputados para autorizar o Supremo Tribunal Federal a fazer o julgamento do Presidente golpista.

Uma campanha nacional chamada "342 agora" pressiona os deputados para que eles aceitem denúncia contra Temer. Organizada através de uma ação suprapartidária, a plataforma usa o poder da comunicação coletiva para conseguir entre os 513 deputados Federais os votos necessários para que as denúncias de crimes mais do que evidentes de Michel Temer sejam analisadas e julgadas pelo STF.

Até o momento, 159 Deputados manifestaram-se contra a investigação. 207 parlamentares aprovam a iniciativa e votarão pela aceitação da investigação e consequente afastamento de Michel Temer do cargo que ele nunca deveria ter usurpado. Entretendo, 147 Deputados ainda se declaram "indecisos".

Ao lado, temos a manifestação de cada um dos deputados federais catarinenses. Mais do que deixar claro o posicionamento de cada um, é uma oportunidade para que os trabalhadores pressionem pela aceitação da denúncia. No site há um placar atualizado em tempo real com a intenção de voto de cada parlamentar, além do contato de cada um deles com a opção de envio de e-mail ou mensagem nas redes sociais.

Em pouco tempo, Michel Temer destruiu direitos sociais e trabalhistas, conquistados com muita luta durante uma vida inteira. Com a pior aprovação da história (apenas 7% da população aprova seus Governo), Temer enfrenta denúncias evidentes de corrupção, tendo vários ministros delatados, afastados e até presos.

Para barrar o ataque aos trabalhadores, Temer tem que cair. Motivos não faltam. O que falta é pressão nos deputados.